

## A PERDA DE ORMUZ E O DECLÍNIO DA ÍNDIA PORTUGUESA EM FRANCISCO RODRIGUES SILVEIRA

*The loss of Ormuz and the decline of Portuguese India in  
Francisco Rodrigues Silveira*

Sofia Theodoro Prevatto da Fonseca\*

**Resumo:** O objetivo deste pequeno artigo é analisar a narrativa derivada da experiência de Francisco Rodrigues Silveira no território da Índia dos anos de 1585 até 1598. Iremos, aqui, nos concentrar, especificamente, em suas menções sobre a região do Golfo Pérsico, recorrentemente tratadas na sua pouco conhecida obra *Reformação da Milícia e governo do Estado da Índia*. O intuito desta análise é de demarcar como o seu registro se conforma em certos padrões narrativos de um momento de declínio do império português, escrito esse que, sincronizado com outros letrados, tratava das práticas viciosas e corruptas envolvidas na atuação de autoridades e de indivíduos que prestavam seus serviços em Ormuz que, no desenrolar dos eventos, culminaram na perda dessa extensão no ano de 1622.

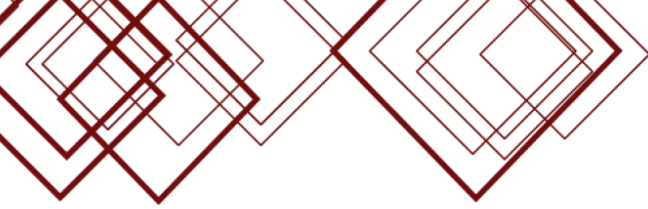
**Palavras-chave:** Decadência; Índia portuguesa; Francisco Rodrigues Silveira.

**Abstract:** The purpose of this short article is to analyze the narrative derived from Francisco Rodrigues Silveira's experience in India from 1585 to 1598. We will focus specifically on his mentions of the Persian Gulf region, recurrently addressed in his little-known work *Reformação da Milícia e governo do Estado da Índia*. The aim of this analysis is to demarcate how his record conforms to certain narrative patterns of a moment of decline of the Portuguese empire, a writing that, synchronized with other scholars, dealt with the vicious and corrupt practices involved in the actions of authorities and individuals who provided their services in Hormuz that, in the course of events, culminated in the loss of that extension in the year 1622.

**Keywords:** Decadence; Portuguese India; Francisco Rodrigues Silveira.

---

\* Doutoranda em História e Cultura Social pelo Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, UNESP/Franca. Participante do Grupo Escritos Sobre os Novos Mundos, onde desenvolve o projeto de pesquisa "Colonizar na Índia e no Brasil (séculos XVI e XVII)" financiado pelo Capes. ORCID ID: 0000-0001-7424-3708. E-mail: [sofiaprevatto@yahoo.com](mailto:sofiaprevatto@yahoo.com)



**N**a segunda metade do século XVI, Fernão Lopes de Castanheda escreveu a seguinte expressão em sua célebre narrativa: “Com o crucifixo, com a espada e com a balança, todos trabalhavam ou mexericavam” (CASTANHEDA, 1924). Não é surpreendente a inserção desses termos – ou melhor, a grafia mexerico – partindo de um dos cronistas mais reconhecidos da presença portuguesa na Índia e muito famoso entre os seus contemporâneos, considerando os constantes boatos que cercavam a administração lusitana no Oriente e que estavam ali, a todo vapor. Entre os relatos e os poemas épicos dos primeiros escritos sobre a História de Portugal nos Descobrimentos, emergiu, a partir da segunda metade do século XVI, uma visão cada vez mais sombria da situação que lá se apresentava. Tal perspectiva literária tem sido um consenso entre os pesquisadores como um importante registro sobre a má conduta de funcionários régios, desleais que, com desenfreada cobiça, comportamento, por vezes, desastroso e avarento, abandonavam e se desapegavam das ideias que os envolviam dificultosa empreitada.

Essa compilação de delitos, essa espécie de avaliação registrada pelos letrados, por diversas vezes mesclada entre queixas e ressentimentos, compreende uma categoria de análise interpretada como *corrupção moral* na Época Moderna, na qual percorre dimensões a respeito da arte de governar e de ser governado (ROMEIRO, 2023), implicando, assim, na observação das práticas, condutas e desempenho dos sujeitos alicerçados na moralidade de prescrições medievais, redescoberto por agora, no pano de fundo da Modernidade. Alguns temas como o mau governo, os vícios dos governantes, os limites do lícito e do ilícito, voltados sempre na reflexão sobre a arte de governar, buscavam, naquele momento, descrever todo o espaço de podridão moral e execução política, presentes em diferentes fontes históricas entremeadas no seiscentos e setecentos (ROMEIRO, 2017, p. 92).

58

Todos os letrados, cada um ao seu modo e estilo de escrita, costumavam registrar as desordens que partem de situações de indisciplina, descuido, ganância e lamentavam, com um tom crítico, as devidas proporções críticas que as possessões portuguesas no Índico viviam ao longo do século XVI e XVII. Na vanguarda desses escritos, sabemos de nomes como Diogo do Couto e Gaspar Correa, mas há, contudo, um nome razoavelmente menos conhecido.

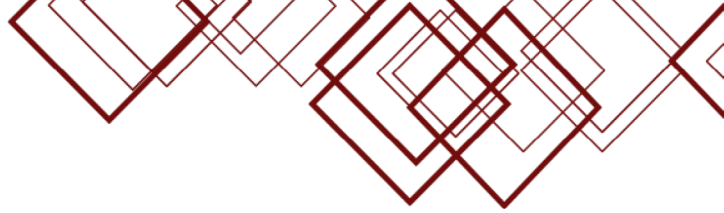
## Validade dos registros de Francisco Rodrigues da Silveira

Quando embarcou na armada de Fernão de Mendonça Furtado no já conturbado ano de 1585, o jovem soldado de 27 anos não imaginava os problemas que enfrentaria por aquelas paragens. Dessa sua vivência no Oriente, Francisco Rodrigues da Silveira se estabeleceu, em grande parte, na movimentada capital do Estado da Índia, Goa. Essa metrópole dos seiscentos (MORAIS, 1997, p. 83)<sup>1</sup>, sabemos, foi morada do jovem soldado até o ano de 1598 e disso, contamos hoje com o seu livro intitulado *Reformação da milícia e governo do Estado da Índia*, finalizado por volta de 1619 e com dedicatória à Princesa Margaria, Duquesa de Mântua, no ano 1640 (SILVEIRA, 1996, p. XXI)<sup>2</sup>.

Diferente do seu contemporâneo Diogo do Couto, instruído em latim no antigo Colégio de Santo Antão e, por isso, admirado por seu rigor literário humanista, Silveira possuía pouca ou quase nenhuma formação universitária e, portanto, seu manuscrito partiu de uma absoluta vivência, um esconderijo da curiosidade e dos mexericos sobre a postura da gestão portuguesa (SILVEIRA, 1996, p. XIX), e que, curiosamente, é um resultado dos dezoito meses que esteve

<sup>1</sup> Goa tem tantos habitantes, compara-se às grandes metrópoles do seu tempo, como Londres e Antuérpia.

<sup>2</sup> Dados Bibliográficos de Francisco Rodrigues Silveira.



preso em razão de conflitos locais na região natal, Lamego e depois no Porto (SILVEIRA, 1996, p. XX).

Preocupava a Silveira os diferentes tipos de desvios que envolviam a administração e as armadas da Índia que, desde 1578, entravam em gradual declínio devido à incapacidade dos governantes, afastando os grandes feitos realizados pelos governantes bem sucedidos de Albuquerque a D. Luís de Ataíde (MORAIS, 1997). Sobre esse aspecto, comentou no início de sua obra, a pouca importância com que se davam tais dramas administrativos, tomando para si uma responsabilidade de observador e de instrutor:

Não me poderei nunca persuadir que algum homem no mundo tomasse jamais a pena em uma mão com tão novo e desusado gênero de receio como do que, agora que quero escrever, me sobrevém, considerando que com haver de relatar o modo que em nossa Índia têm os que a administram e governam em as coisas de guerra, assim e da maneira que sempre se usou e ainda hoje em dia se usa, sem discrepar um ponto da verdade, venho a dizer uma coisa tão nova e fora do que se pratica entre os que da arte militar têm conhecimento, que me ponho a risco de não ser em alguma maneira crido (SILVEIRA, 1996, p. 9).

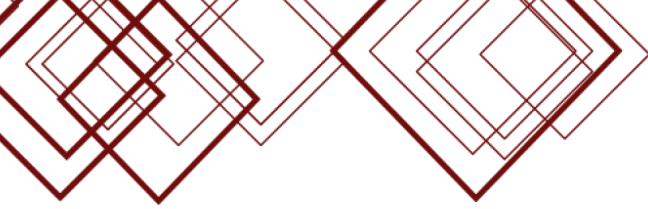
Essa advertência inicial de Silveira vem enturmar o leitor de uma série de problemas que o narrador se compromete “sucessivamente vamos relatando cada desordem em particular, assim como umas de outras vão dependendo até formar a espantosa máquina que todas juntas e incorporadas fazem” (SILVEIRA, 1996, p. 21). As notícias por ele atentadas foram organizadas, sobretudo, com relação àquilo que armadas diariamente performavam, ou seja, “com tão grande ignorância de militar disciplina” (SILVEIRA, 1996, p. 9). Diante desse propósito vem revelar um imenso terreno de desmandos nas diferentes esferas de atuação da administração pública e da governança no Índico, entre roubos, desorganização, preguiça e avareza, vem caracterizar, assim, uma minuciosa descrição das desordens que vivenciou, mostrando o que havia de mais “bárbaros, inhumano e cruel uso” (SILVEIRA, 1996, p. 21).

Entre brechas, Silveira se dedicou à sua obra *Reformação* quatro anos depois de seu regresso a Portugal, manifestando sua opinião quanto às desordens e instruindo alguns remédios para elas. Tal hábito pode também ser percebido nos assuntos que recorrentemente tratou em cartas que frequentemente enviava (SILVEIRA, 1996, p. XXV)<sup>3</sup>. Em correspondência escrita no outubro de 1630, desabafou que, desde o seu retorno da Índia, tinha observado uma profunda natureza presunçosa dos portugueses, a qual os obrigava a quererem antes “perder-se por sua cabeça que salvarem-se por ordem” e “o que resultou chegar aquele Estado aos termos em que hoje está” (SILVEIRA, 1996, p. 25). Dessa ambientação fúnebre, o soldado não deixa de ressaltar as consequências nefastas das ações cobiçosas dos comandantes e súditos, mostrando que uma das maiores decepções que se tem ao desembarcar na Índia é perceber a que as armadas portuguesas e seus administradores se perdiam em pecados (WINIUS *apud* SILVEIRA, 1996, p. XXXIX)<sup>4</sup>:

Que passem os portugueses à Índia por meio de tantos trabalhos e misérias para servirem a seu rei e senhor natural em benefício de sua pátria, e que depois de serem nela, os ponha a desenfreada cobiça e avareza de um infernal vice-rei em tanta desesperação que se vão a servir principais mouros, inimigos capitães do nome cristão, perdendo o respeito a Deus e a seu rei! (p. XXXIX).

<sup>3</sup> Dados Bibliográficos de Francisco Rodrigues Silveira.

<sup>4</sup> WINIUS, G. *Introdução*. In: SILVEIRA, F. R. *Reformação da milícia e governo do Estado da Índia Oriental (1621-22)*. Transcrição, notas e índice de Benjamim N. Teesma. Introdução histórica de Luís Felipe Barreto, George Davison Winius e Benjamim N. Teesma. Lisboa: Fundação Oriente, 1996. p. XXXIX.



Esse inconformismo é realçado na forma como seu livro apresenta diferentes situações e reações militares em torno do Índico. Descortinou momentos vexatórios dos exercícios militares no tumultuoso ano de 1587, onde já se mostrava péssima a reputação dos assaltos contra Chitigão, marcado por um espírito despreparado e “uma insaciável e infernal cobiça para tornarem pela [coisas] de Deus, d’ElRei e de sua nação” (SILVEIRA, 1996, p. 48)<sup>5</sup>. Para ele, de nada adiantaria os soldados se tomarem em longa viagem, “vencem doenças, pestes e a morte” e “desembarcam em terra os que vêm em disposição para o poderem fazer, e os enfermos levam-nos ao hospital” (SILVEIRA, 1996, p. 21)<sup>6</sup>. Contudo, “o que sem alguma dúvida lhes sucedera facilmente se a inércia e desenfreada cobiça dos de sua mesma nação lhe hão de sobejar todas as coisas à vida humana necessárias” (Idem). Aí o observador das mazelas portuguesas acreditava que aqueles que vivem em sua pátria, com “moderada e bem composta natureza”, contentavam-se com aquilo que era necessário a cada um (SILVEIRA, 1996, p. 199)<sup>7</sup>. Mas logo “entrando neles o conhecimento das riquezas e coisas incógnitas da Índia, o foram logo perdendo de si mesmo, para que de tal maneira se entregassem a cobiçar o estranho, incerto e trabalhoso [...]” (SILVEIRA, 1996, p. 199-200). Em larga medida, o soldado se posiciona em defesa do que ainda restava da moral lusitana, traçando valores cristãos para realçar os erros administrativos e da guerra, do qual “apoderando-se esta maldita peste de todo ponto dos ânimos portugueses, se foi logo desterrando deles a justiça, a caridade, o temor a Deus, e amor do próximo, dando cada vez maiores velas ao vento de sua imoderada cobiça.” (SILVEIRA, 1996, p. 200)<sup>8</sup>. É dessa maneira, tomando mão de conceitos que envolvem um aperfeiçoamento individual, como possível regulação da indignação moral, da ilicitude e das ações pecaminosas que conduziam a penúria da Índia portuguesa naquele tempo que Silveira vem descortinar o que costumava se suceder naquelas paragens (Cf. CASAGRANDE; VECCHIO, 2002; BROWN, 1990, p. 355)<sup>9</sup>.

### O caso de Ormuz

Celebrou-se o ato com artilharia e trombetas de ambas as partes, em testemunho da alegria comum. No Domingo de Ramos, tomou Albuquerque posse da fortaleza começada, que em poucos dias cresceu muito e, com alguns capitães, passou às casas que estavam perto (FARIA E SOUSA, 1945, p. 351).

Imensos esforços, financeiros e práticos, do então governador Afonso de Albuquerque, foram realizados para que, em 1515, a passagem de Ormuz fosse estabelecida e a construção da famosa fortaleza fosse iniciada. Por essa descrição feita pelo controverso<sup>10</sup> cronista Manuel de Faria e Sousa, recordamos a gloriosa façanha da tomada dessa praça, mostrando a grandiosidade de terem se estabelecido nesse local de conversão comercial entre Europa e Ásia. Duarte Barbosa,

<sup>5</sup> “Cap. XI: Desordens do anno de 1587 et 1588.” (citação grifo nosso).

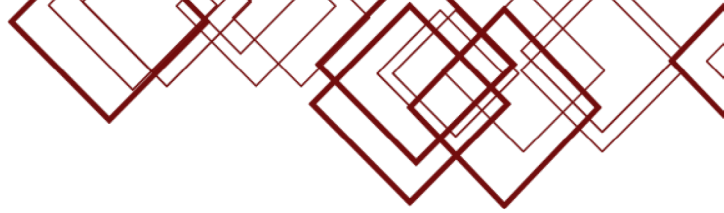
<sup>6</sup> “Cap. IV: A grande inhumanidade que na Índia se usa com os soldados portugueses que a ella passam.”

<sup>7</sup> “Cap. VII: Que as riquezas da Índia foram parte pera em Portugal se corromperam os bons costumes antigos, assi como em Roma subcedeo com as da Ásia.”

<sup>8</sup> “Cap. VII: Que as riquezas da Índia foram parte pera em Portugal se corromperam os bons costumes antigos, assi como em Roma subcedeo com as da Ásia.”

<sup>9</sup> Aqui, utilizamos o estudo de Casagrande e Vecchio que reúne uma documentação com interesse no vício da avareza, descrita principalmente, em um momento de passagem do mundo feudal hierárquico para o mercantilismo, problemática intensamente questionadas anos à frente às outras obras como em *Arte de Furtar*, sobretudo da discussão da tópica honra x riqueza. Dividido entre os vícios da interioridade; como a soberba, a inveja, a raiva e a acedia, e os da exterioridade; como a gula e a luxúria, a avareza e o amor excessivo pela riqueza distinguam pelo prazer particular da alma com o desejo de posse e de gozo. Nesse jogo misto de trocas e variações entre os vícios e virtudes, compreende-se toda cadeia de representação dos pecados capitais no imaginário e na construção do discurso moral e político, entre cristãos leigos e religiosos a partir do século XIII.

<sup>10</sup> Aqui utilizamos o adjetivo para caracterizar a suma bibliográfica confusa de Faria e Sousa, tendo sido responsável por escritos de glórias portuguesas, mas fiel à corte filipina.



em seu livro tardiamente explorado<sup>11</sup>, escreveu em certo trecho que a região de Julfar, logo ao lado do porto de Ormuz, encontravam-se pessoas de grande honra, navegadores e grossos mercadores, e dessas belíssimas mercadorias, deparavam-se com o precioso aljôfar e pérolas “que os mercadores de Ormuz vêm comprar para levarem caminho da Índia” (BARBOSA, 1946. p. 48).

Por certo, sabemos que o aquele rico e famoso Reino ficou nas mãos portuguesas e persas estabelecendo relações estáveis e favorecimentos comerciais entre ambos até o ano de 1587, com a ascensão do líder persa Xá Abbas I, com postura ofensiva neste trato. Essa instabilidade, envolvendo muitos acordos de paz entre ofensivas e desagrvos, parece ter sido uma das grandes causas que sustenta a razão de escrita de *Reformação da Índia*, pois esclarece ao leitor que entre os seus lamentos, duvidava de uma efetiva permanência e conseguinte resistência nessa aventura, inspirada por uma “indubitável esperança que os Reis de Portugal” e fazer do reino de “acanhado e pobre” viesse a florescer pelo trato de especiarias do Oriente. Acerca disso, escreve Silveira:

E se este seu principal fundamento, a saber adquirir aquele comércio com senhorear as ribeiras da Índia, a que se lhes não podia opor outra maior dificuldade que a dos contrastes da larguíssima viagem, por serem aquelas gentes incapacíssimas para fazer alguma marítima resistência, e por este modo impedir a saca e expediente que pela via de Ormuz e de Mocáa tinham as drogas e todas as outras mercadorias, transferindo-as a Lisboa, e não desejo de conquistar por armas aqueles reinos e províncias, como alguns dos nossos apaixonados defendes, e se prova claramente por muitas razões (SILVEIRA, 1996, p. 9-10).

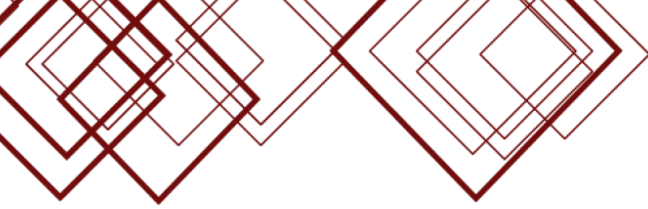
Essa sua reclamação vem evidenciar um entendimento comum entre os letrados do seu tempo de uma postura trivial entre os governadores e vice-reis de que eles se portavam, sobretudo, como mercadores, esquecendo de se atentar às preocupações e tomar providências contra inimigos e as desordens internas. Várias são as passagens que demonstram essa afirmativa (SILVEIRA, 1996, p. 60)<sup>12</sup>, mas, segundo Silveira, foi esse o nível da situação que assolou o empreendimento realizado em Ormuz, pois essa deveria ser a fortaleza com maior vigilância entre todas da Índia, devendo ser o freio da navegação daquele estreito, impedindo, assim, a comunicação entre regiões fronteiriças. Além disso, era por essas redondezas que se montava o grande trâmite das negociações que corriam, tendo sido espaço de circuito comercial, contratações e o sequente pagamento de soldados:

[...] e pelo grande rendimento daquele porto, que comumente importa a receita da alfandega passante de trezentos mil pardãos e renderá muito mais se ali houvera uma pessoa que da fazenda real se doera, atalhando os grandes roubos que nela se fazem como em seu lugar se mostrará (SILVEIRA, 1996, p. 85).

Foi Charles Boxer, em seu apurado trabalho *O Império Marítimo Português*, o primeiro a chamar atenção aos escritos de Silveira quanto a sua preocupação com as coisas que aconteciam

<sup>11</sup> O livro de Duarte Barbosa foi por muito tempo desconhecido entre os portugueses, tendo sido publicado apenas no século XIX, e erroneamente, atribuído pelos espanhóis à Fernão de Magalhães e também, em versão italiana Navigazioni et Viaggi na Coleção de Giovanni Battista Ramusio (1485-1557).

<sup>12</sup> A inversão de um papel de governador para mercador é evidenciada em diversos eventos de Reformação, excluindo assim, obrigações de cuidado com as armadas e com a defesa dos territórios. No exemplar ataque realizado no Morro de Chaul, na região do Guzarate, no ano de 1593, observamos essa contradição. Silveira conta que o desarranjo das armadas era tamanho devido aos imensos atos de cobiça ordinária, que o mau governo daquelas paragens “sobram exemplos de mortos sem prejudicarmos os vivos”. A guerra que se fazia por lá era tão pouco pensada que, mesmo em fraqueza e ignorância dos mouros, a falta de governo dos portugueses não era o bastante para enfrenta-los e “se abriram largas portas para a total destruição daquele Estado”. É desse evento, a clássica observação de que os portugueses se espantavam até mesmo de búfalas, causando em um só bulir dos ramos, o temor dos soldados portugueses.



em Ormuz (BOXER, 2011, p. 132)<sup>13</sup>. E com essa mesma percepção, notamos a queixas do soldado quanto às carências de disciplina régia na sequencia desse capítulo XX de Reformaço. No tom de quem propõe apresentar a total desordem das coisas que se mostravam no porto de Ormuz, põe em cena as espertezas de soldados que lá buscavam receber o “quartel”, uma espécie de remuneração recebida de três em três meses. Tal soldo desdobrava-se em variações absurdas nos números de soldados que ficavam disponíveis nessa região, de tal maneira que “estas companhias ou esquadras não tem número certo de soldados, porque umas vezes são muitos, e outras poucos, e tão poucos que não chegam a seis” (SILVEIRA, 1996, p. 86) e, consequentemente, não tinham controle e vigilância em seus afazeres. O soldado comenta que a rotina desses funcionários era pouco observada:

Porque nunca se pergunta a ninguém o que busca, nem o que quer – assistem às portas até que se toca um sino com que se largam as obras e trabalho da fortaleza, que é as onze horas, e cada um neste tempo se vai para casa, cerrando-se as portas grandes, com se deixar somente um postigo<sup>14</sup> aberto, e em guarda dele um porteiro (SILVEIRA, 1996, p. 87).

Essa postura pouco dedicada dos soldados, somada à pequena fiscalização, provocava pouca ocupação entre esses militares, transformando esse ócio em capacidade de dar atenção às obrigações que não eram ali demandadas, deixando os serviços do rei em nome dos seus interesses particulares “gastam a maior parte do dia em negociar o que lhes é necessário para vivenda” e assim “naturais e forasteiros, que quiserem entrar na fortaleza, o poderem fazer sem contradição alguma” (SILVEIRA, 1996, p. 87).

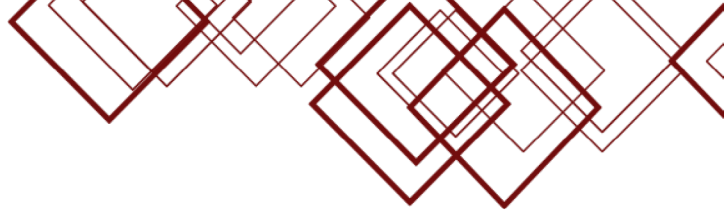
Nesse tempo, todavia, outras vozes costumavam salientar as circunstâncias nefastas dessa fortaleza, tendemos a identificar a sucessão de acontecimentos. O cronista Manuel de Faria e Sousa, repercute sobre o que se montava na fortaleza de Ormuz anos anteriores ao de Silveira:

[...] no inexpugnável daquela ilustríssima Fortaleza, ainda que pela paz de tantos anos e cobiça de tantos capitães anteriores, que na maior parte atenderam só aos Algarismos, tornados puros mercadores, e via desarmada, porque a artilharia era pouca e atirada pelo chão como coisa inútil, e cheia de terra em vez de pólvora e coberta de erva em vez de cordas para lhe dar fogo (FARIA E SOUSA, 1947, p. 224).

Duarte de Meneses, por exemplo, atuando como quinto governador da Índia entre 1522-1524, foi um desses homens que inserimos nesse “balaio” que os “críticos cáusticos” (BOXER, 2011, p. 337) sempre traçaram sonora denúncia, tendo sido, assim, um dos responsáveis pelos rombos traduzidos em Silveira. Em uma dessas suas situações delicadas, em fevereiro de 1523, D. Duarte assinou um tratado desfavorecendo a participação portuguesa na região do Golfo Pérsico, criando profundo desconforto com seu irmão, D. Luís (MORAIS, 1999, p. 35). Por essa razão, no ano seguinte, Vasco da Gama se dirige à Ormuz e decreta a prisão do agora, ex-governador que, mais à frente, foi enviado a julgamento em Lisboa, acusado de corrupção. Até então, Meneses era tido como exemplar súdito de D. João III, escolhido por sua expoente atuação no noroeste da África, “tirado por el-rei D. Manuel da capitania de Tânger e com

<sup>13</sup> Boxer comenta, brevemente, as preocupações de Silveira no âmbito do recuo português no Oriente. Ele escreve: a falta de disciplina e de treinamento militar aliava-se a uma presunçosa autoconfiança, que os contornava notoriamente descuidados e negligentes em momentos e lugares críticos, quando eram necessários cuidados e vigilância adicionais. Silveira escrevia por experiência pessoal ao se queixar, em 1595, de que os soldados da guarnição de Ormuz, em sua maioria, habitavam e dormiam fora da fortaleza, chegavam para o serviço de sentinela duas horas atrasados e quando se apresentavam, tardiamente, mandavam um negro (ou uma negra) à frente para carregar as armas”.

<sup>14</sup> Postigo: Porta pequena In: BLUTEAU, R. *Vocabulário portuguez, e latino, aulico, anatomico, architectonico, bellico, botanico...: autorizado com exemplos dos melhores escritores portuguezes, e latinos; e offerecido a El Rey de Portugal D. Joaõ V.* Coimbra, Collegio das Artes da Companhia de Jesus: Lisboa, Officina de Pascoal da Sylva, v. L-Z. 1712-1728. p. 224.



crédito de valente braço e maduro juízo” (SOUSA, 1951, p. 101)<sup>15</sup>. Esse tempo de prudência parece ter sido curto de acordo com o cronista de *Ásia Portuguesa*:

D. André Henriques avisou ao governador (D. Duarte de Meneses) do estado em que se achava, pedindo-lhe capitão para a fortaleza [...] a quem não quis entrega-la por particulares respeitos, maior cobiça de juntar mais ao muito que ali havia alcançado, sendo cavaleiro que pouco antes, em África, havia mostrado valor e zelo de honra. Parece que há climas que levam por fruto a transformação das pessoas ou as pessoas parece que não sustentam a temperança mais do que quanto enquanto lhes falta o caminho de não a sustentar (FARIA E SOUSA, 1947, p. 92)<sup>16</sup>.

Gaspar Correia foi o mais enfático sobre esse problema e sobre a conduta suspeita desse governador na região do golfo. Dando coerência aos desastres relatados em Reformação, o cronista registrou essa má fama quanto aos hábitos pouco virtuosos no momento de distribuição dos soldos em Diu. Faltosos eram os rendimentos que transitavam entre as alfândegas: “sobre dinheiro que lhe não dava para pagamento da gente, e porque não deu quanto dinheiro cumpria, dizendo que revela Goa o mandaria, que lhe havia de vir de Ormuz” (CORREIA, 1864, p. 79)<sup>17</sup>. Ainda sobre esse descontrole financeiro:

[...] já na entrada do inverno, onde em Goa se ajuntou muita gente com muita pobreza e extremidade de fome, porque o Vice-rei não pagava ninguém, com que os homens desesperados, andavam a roubar o que podiam, o que não ousavam de dizer ao Vice-rei, por ser homem muito maníaco, e súpeto de paixões e muito e sem temor de Deus quando tinha *sua frenesi* (CORREIA, 1864, p. 87)<sup>18</sup>.

A provocação com esse recuo histórico a um dos primeiros gestores ultramarinos, mostra que a riquíssima região gerou desmedidas ambições entre os portugueses, culminando na devassidão administrativa que Francisco Rodrigues Silveira veio relatar. Cremos que esse seu diagnóstico parte de sua sensibilidade quanto a esses episódios famosos ditados naquele tempo. Essa crítica a uma má distribuição, despreocupação, pouquíssima ou nula fiscalização régia, onde se criou um espaço bastante frutuoso para roubos particulares no interior das armadas e alfândegas, aquelas mesmas do início deste artigo.

A lista de desordens compilada por Silveira nos parece direcionar ao grande problema quanto aos governadores acomodados e avarentos. Em outro trecho, faz uma observação com relação aos gestores do ultramar no ano de 1597, e por ele, registra certa inversão de posturas recorrentemente observada entre os eles, mesmo que “embolsar de dinheiro daquele Estado em tempos de gastos não é tão fácil” boa parte desses homens buscam a fama e o enriquecimento:

[...] julgando não consistir tanto a honra em haver governado bem a Índia, como em chegar a governa-la, e que melhor é tornar a Portugal com muito dinheiro e pouca ou nenhuma fama, que pelo contrário, já que neste tempo a coisa que mais vale é a moeda, de qualquer maneira que se alcance (SILVEIRA, 1996, p. 78).

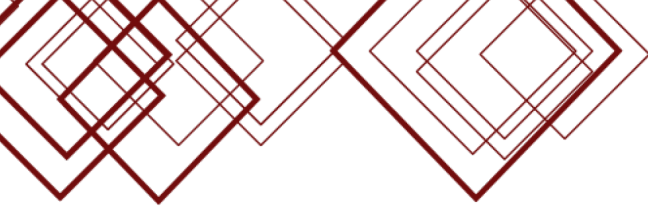
Esse mau pressentimento do soldado, culminou, afinal, nos ataques de inimigos em Ormuz no governo de Fernão de Albuquerque ente 1619 e 1622. A narrativa de *Ásia portuguesa* conta que “finalmente, entrou o inimigo e saíram para Mascate, despojadas mais de duas mil

<sup>15</sup> “Cap. XVII: Sucessos da Índia: Governador – D. Duarte de Meneses. Levantamento Del-Rei de Ormuz e cerco que põe à fortaleza.”

<sup>16</sup> “Cap. VIII: Prosegue o governo de D. Duarte de Meneses desde o fim do ano de 1522 até ao de 1524, reinado de D. João III.”

<sup>17</sup> Obra subsidiada pelo governo de Portugal. A quarta parte da Cronica dos feytos que se passarão na India do anno de 1538 até o ano de 1550, em que residirão seis governadores (D. Gracia de Noronha, D. Estevão da Gama, Martim Afonso de Sousa, D. João de Crasto, Gracia de Sá, e Jorge Cabral). Publicadas de Ordem da Classe de Sciencias Moraes, Políticas e Bellas Lettras da Aacademia Real das Sciencias de Lisboa. Direcção Rodrigo José de Lima Felner. Tomo IV. Lisboa: Typographia da Academia Real das Sciencias. “Cap. XXVIII: Como o VisoRey proveo as cousas de Dio, e fez Capitão da Fortaleza Diogo Lopes de Sousa, e se foy visitar Baçaim, e o que com elle passou Ruy Lourenço de Tavora, porque nom dava dinheiro pera a gente, e de Goa mandou secorro ao Rey de Ceylão, que lho mandou pedir.”

<sup>18</sup> “Cap. XXXI: De como o VisoRey envernou em Goa, onde se recolheo Dom Alvaro, seu filho, com sua armada da costa.”



peessoas de ambos os sexos, e de todas as idades, deixando na mão do inimigo um grande tesouro com a honra portuguesa” (FARIA E SOUSA, 1947, p. 227). Atento, menciona que “eu penso choraram até aqueles bem fundados mármore, pelo menos o que ali era imagem do grandiosíssimo Afonso de Albuquerque, seu glorioso fundador” (*Idem*), sem deixar de lado a característica humanista de memorizar seus feitos (MARAVALL, 1986)<sup>19</sup>. Pode-se ver, com razão, que de acordo com a narrativa cronística e a argumentação das falhas administrativas citadas por Silveira quanto ao despreparo das armadas, a insuficiência com investimentos em soldados e à estrutura da fortaleza, culminados em uma sequência de desagregos administrativos, individuais e morais que compuseram a perda dessa fortaleza. Essa polêmica se sustenta no indício de um imenso espaço de pobreza soldadesca, no sentido literal de desmazelo com as estruturas que lá estavam. Os soldados de Ormuz podiam pousar dentro da fortaleza, “é gente em que se não pode fazer fundamento, porque não têm armas, nem na fortaleza as há para se lhe poderem dar em qualquer necessidade e que ofereça” (SILVEIRA, 1996, p. 90).

O citado grupo de narrativas que incriminam esse tempo dificultoso dos portugueses na Índia, retomam a ideia de que as falhas e os percalços poderiam ser solucionados condicionando a ação de alguns governantes em duro julgamento e mudança.

Tal é a guarda que de dia e de noite se tem nesta importantíssima fortaleza, pela qual se poderá facilmente julgar a das outras que não são de tanta importância. Com o que me parece ter bastantemente mostrado as calamidades e desventuras que nossa pobre Índia parece por falta de bom governo (SILVEIRA, 1996, p. 90).

Assim ocorre também na opinião do seu desconhecido contemporâneo, autor de *Primor e honra soldadesca* que nos revela “Quando o capitão é virtuoso & sábio, tem-lhe os soldados respeito, pelejam bem na batalha & apartam-se dos vícios & quando o não é, pelo contrário” (ANÔNIMO, 1630, p. 41)<sup>20</sup>. Tudo que foi relatado em Reformação possui esse alto grau instrutivo e por certo, intuitivo com o que desencadeia poucos anos depois do seu manuscrito “de maneira que possa compreender qual nesta parte seja seu miserabilíssimo Estado, e como esteja exposta a uma súbita e inevitável ruína se acaso por outra gente mais prática e belicosa da que é a daquelas partes for acometida” (SILVEIRA, 1996, p. 90). A propósito, a característica desse gênero narrativo vem evidenciar as expectativas, por vezes alcançadas, por vezes, frustradas, de grande parte do imaginário desbravador existente na memória lusitana, ligação persistente também, em nossas formas de relação com o Estado.

## Referências

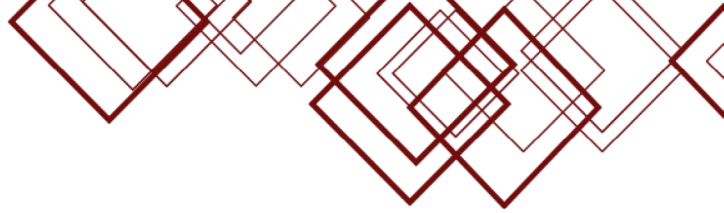
### Fontes

ANÔNIMO. *Primor e honra da vida soldadesca no Estado da Índia*. Lisboa: Jorge Rodrigues, 1630. Livro excelente, antigamente composto nas mesmas partes da Índia Oriental (em nome de Autor, & hora posto em ordem de sair a luz, com hum Elogio sobre elle, pelo P. M. Fr. Antonio Freyre da Orem de Santo Agostinho, deputados do Santo Officio da Inquisição de Lisboa. Dedicado ao Illustrissimo Senhor Dom Affonso Furtado de Mendonça do Concelho

<sup>19</sup> Por isso, a utilização das premissas da Antiguidade tinha uma demonstração e função prática e governativa, observada de modo paradigmático e a indicação de um momento ideal da história da humanidade.

<sup>20</sup> Livro excelente, antigamente composto nas mesmas partes da Índia Oriental (em nome de Autor, & hora posto em ordem de sair a luz, com hum Elogio sobre elle, pelo P. M. Fr. Antonio Freyre da Orem de Santo Agostinho, deputados do Santo Officio da Inquisição de Lisboa. Dedicado ao Illustrissimo Senhor Dom Affonso Furtado de Mendonça do Concelho de Estado de Sua Magestade, Arcebispo de Lisboa, & Governador de Portugal. Com todas as licenças necessárias.





de Estado de Sua Magestade, Arcebispo de Lisboa, & Governador de Portugal. Com todas as licenças necessarias.

CORREIA, G. *Lendas da India por Gaspar Correa publicadas de Ordem da Classe de Sciencias Moraes, Politicas e Bellas Lettras da Academia Real das Sciencias de Lisboa e sob a direção de Rodrigo José de Lima Felner, socio effectivo da mesma Academia*. Obra subsidiada pelo governo de Portugal. A quarta parte da Cronica dos feytos que se passarão na India do anno de 1538 até o ano de 1550, em que residirão seis governadores (D. Gracia de Noronha, D. Estevão da Gama, Martim Afonso de Sousa, D. João de Crasto, Gracia de Sá, e Jorge Cabral). Publicadas de Ordem da Classe de Sciencias Moraes, Políticas e Bellas Lettras da Academia Real das Sciencias de Lisboa. Direcção Rodrigo José de Lima Felner. Tomo IV. Lisboa: Typographia da Academia Real das Sciencias, 1864.

SILVEIRA, F. R. *Reformação da milícia e governo do Estado da Índia Oriental (1621-1622)*. Transcrição, notas e índice de Benjamim N. Teesma. Introdução histórica de Luís Felipe Barreto, George Davison Winus e Benjamim N. Teesma. Lisboa: Fundação Oriente, 1996.

### **Obras gerais**

BARBOSA, D. *Livro em que dá relação do que viu e ouviu no Oriente*. Introdução e notas de Augusto Reis Machado. Lisboa: Agência Geral das Colónias, 1946. p. 48. Disponível: <https://wellcomecollection.org/works/znr6xz3j/items?canvas=65>

65

BLUTEAU, R. *Vocabulario portuguez, e latino, aulico, anatomico, architectonico, bellico, botanico...*: autorizado com exemplos dos melhores escritores portuguezes, e latinos; e offerecido a El Rey de Portugal D. Joã V. Coimbra, Collegio das Artes da Companhia de Jesus: Lisboa, Officina de Pascoal da Sylva, 1712-1728.

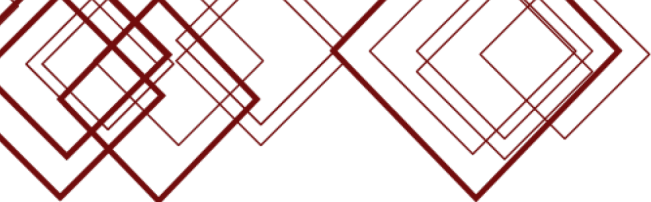
BOXER, C. *Império marítimo português 1415-1825*. (1977) Extra-colecção. (S. l.): Edições 70, 2011.

BROWN, P. *Corpo e sociedade: o homem, a mulher e a renúncia sexual no início do cristianismo*. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1990.

CASAGRANDE, C.; VECCHIO, S. *Histoire des péchés capitaux au Moyen Âge*. Paris: Aubier, 2002.

FARIA E SOUSA, M. de. *Ásia portuguesa por Manuel de Faria e Sousa, cavaleiro da Ordem de Cristo e da Casa Real*. v. VI. Tradução de Maria Vitória Garcia Santos Ferreira. Porto: Biblioteca Histórica Editora Civilização, 1947.

MARAVALL, J. A. *Antiguos y modernos: visión de la historia e idea de progreso hasta el Renacimiento*. Madri: Alianza Editorial, 1986.



MORAIS, C. A. de. *Cronologia geral da Índia portuguesa (1498-1962)*. 2. ed. Lisboa: Editorial Estampa, 1999.

ROMEIRO, A. *Corrupção e poder no Brasil: uma história, séculos XVI e XVII*. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017.

ROMEIRO, A. *Ladrões da república: corrupção, moral e cobiça no Brasil, séculos XVI a XVIII*. 1. ed. Belo Horizonte: Fino Traço, 2023.

SOUSA, F. L. de. *Anais de D. João III*. Tomo I, Parte Primeira, Livro I. Com prefácio e notas do Prof. M. Rodrigues Lapa. Lisboa: Livraria Sá da Costa, 1951.

Recebido em: 31/08/2023 • Aprovado em: 24/11/2023